

Maternidades em foco: o que dizem os trabalhos sobre a temática na Cadernos Pagu

Karine Luiza de Souza Miranda¹

Hevila de Fátima Silva²

185

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender o que dizem os trabalhos sobre maternidade da revista Cadernos Pagu. Isso por entender a maternidade enquanto uma construção social que é constantemente utilizada para definir o local da mulher na sociedade. Diante disso, as discussões de gênero têm corroborado para uma mudança dessa realidade e novas formas e possibilidades de experienciar o maternar. Para tanto foi preciso identificar os trabalhos que discutam a temática e descrever o que tem sido discutido sobre maternidade na revista no período de 1993 a 2023. Foram selecionados nove trabalhos que compõe a revisão bibliográfica construída no presente trabalho e as principais autoras que norteiam a discussão são a Adriana Piscitelli, Angela Davis, Guacira Lopes Louro e Kimberlé Crenshaw.

Palavras-chave

Educação; Gênero; Maternar; Revisão Bibliográfica.

Recebido em: 05/12/2025

Aprovado em: 21/12/2025

¹ Graduada em Pedagogia (2022) pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), a trajetória acadêmica tem sido direcionada ao estudo da relação família escola e as questões de gênero. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado em Educação (PPGEDUC) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FAE-UEMG); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do núcleo Tessitura de Nós - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Gênero e do projeto de extensão Um Clube Todo Seu. E-mail: karine.miranda.souza@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4421-0360>.

² Mestre em Educação e Formação Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Newton Paiva (2019) e especialista em Clínica Psicanalítica, com base nas contribuições de Freud e Lacan, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUC Minas (2021). Atua na interface entre Psicologia e Educação no contexto escolar. Possui experiência como psicóloga escolar no programa Psicólogos na Educação, promovido pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEDUC). Atualmente, exerce a função de psicóloga escolar na rede municipal de ensino de Nova Lima- Minas Gerais. E-mail: Hevilapsic.silva@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9946-9274>.

Motherhoods in Focus: What the Studies Published in Cadernos Pagu Say About the Theme

Abstract

The present study aims to understand what the works published in the journal *Cadernos Pagu* say about motherhood. This is based on the understanding of motherhood as a social construction that is constantly used to define women's place in society. In this context, gender discussions have contributed to transforming this reality and to opening new ways and possibilities of experiencing mothering. To this end, it was necessary to identify the works that address this topic and to describe what has been discussed about motherhood in the journal from 1993 to 2023. Nine articles were selected to compose the literature review developed in this study, and the main authors guiding the discussion are Adriana Piscitelli, Angela Davis, Guacira Lopes Louro, and Kimberlé Crenshaw.

Keywords

Education; Gender; Mothering; Literature Review.

Introdução

Discutir sobre maternidade é falar sobre as questões de gênero³ que perpassam o maternar. Atividades como lavar, passar, cozinhar, cuidar, comumente exercidas na sociedade foram divididas por sexo, ou seja, de acordo com as características físicas reprodutoras. Diante disso, existem atividades que foram atribuídas às mulheres, por elas serem consideradas mais aptas e outras que foram atribuídas aos homens, por serem considerados mais aptos, essa divisão é “naturalizada” e conseqüentemente ocasiona desigualdades e discriminações. Discutir as questões de gênero tem por objetivo,

desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças (PISCITELLI, 2009, p. 119).

Ao definir a aptidão para determinadas atividades, dentro da sociedade, em função das características físicas reprodutoras, ocasionou com que homens fossem para o espaço público e mulheres para o privado, ou seja, a maternidade, o cuidado e o trabalho doméstico foram atribuídos às mulheres. Dito isto, corroboramos com Adriana Piscitelli (2009, p. 118), que “a capacidade de conceber filhos e dar à luz contribuiu para que a principal atividade atribuída às mulheres seja a maternidade, e que o espaço doméstico e familiar seja visto como seu principal local de atuação”. Todavia, é importante ressaltar que essa atribuição, diz da realidade de mulheres brancas, às mulheres pretas e pardas sempre estiveram no espaço público e experienciaram e experienciam o maternar de outras formas, como por exemplo conciliar o trabalho doméstico e remunerado com o exercício da maternidade.

³ O termo *gênero* é utilizado para se referir a um conjunto de normas, expectativas e significados sociais e culturais atribuídos aos corpos, que organizam diferenças e hierarquias entre pessoas. Não se trata de uma característica natural, mas de uma construção social e histórica que regula comportamentos e possibilidades de vida.

No dicionário a palavra maternidade⁴ é caracterizada enquanto um substantivo feminino, atribuído a “qualidade da mãe, de quem gera ou cria; educa, oferece cuidado, carinho, amor e proteção a uma criança”. Ou seja, a maternidade tem seu significado enquanto mais um lugar do cuidar e do realizar afazeres domésticos, que mulheres assumem e realizam de forma invisibilizada. Essa situação é ainda mais agravada quando mulheres exercem trabalho remunerado.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD (2022)⁵ com o tema “Outras formas de trabalho” aponta que 91,3% das mulheres entrevistadas realizam os afazeres domésticos na própria casa ou em casa de parente, em contrapartida apenas 79,2% dos homens exercem essa função. Dito isso, “quando pensamos nas horas necessárias para realizar o trabalho de cuidar da casa e dos filhos percebemos que no Brasil as mulheres que trabalham fora, além de ganhar menos que os homens, trabalham mais horas que eles” (PISCITELLI, 2009, p. 121). Nesse mesmo contexto, as mulheres negras e pardas trabalham mais horas do que as mulheres brancas.

De acordo com Danielle Kergoat (2009, p. 67) “as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais”. Para a autora, homens e mulheres formam grupos sociais, envolvidos em relações sociais no que a autora define como relações sociais de sexo.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada,

⁴ Definição de acordo com o Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/maternidade/>. Acesso em: 05 dez. 2025.

⁵PNAD (2022) “Outras formas de trabalho”. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102020_informativo.pdf. Acesso em: 02 fev. 2024

concisamente, divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2009, p. 67).

A divisão sexual do trabalho⁶ é o que ocasiona e intensifica a sobrecarga das mulheres, principalmente quando analisados marcadores de raça e classe. Quando falamos em trabalho doméstico e cuidar, as mulheres pretas e pardas, periféricas são ainda mais sobrecarregadas, por conta disso suas vivências, de acordo com Kimberlé Crenshaw (2012, p. 8) “não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade⁷ que as mulheres negras enfrentam”.

189

A maternidade é ampla, seu experimentar múltiplo e com a evolução da ciência, novas técnicas de fecundação surgiram e dessa forma novas formas de experimentar o maternar. Diante disso, e por entender que a maternidade é uma realidade na sociedade, surge uma questão “o que dizem os trabalhos da revista *Cadernos Pagu* sobre maternidade?”. A escolha da revista se deu pelo seu objetivo de ampliação e fortalecimento do campo interdisciplinar de estudos de gênero, por sua relevância acadêmica e pelos trinta e dois anos de existência.

O presente trabalho é composto por três seções, sendo a primeira esta introdução, a segunda intitulada A revista *Cadernos Pagu*, no qual são apresentados de forma mais ampliada o contexto e motivo da escolha da revista, os trabalhos selecionados e suas discussões e na última seção, são apresentadas as considerações finais.

A revista Cadernos Pagu

Escolher uma revista/periódico para fazer uma revisão bibliográfica sobre determinado tema, envolve sua relevância acadêmica, seu tempo de existência, seus objetivos e a temática trabalhada. A revista *Cadernos Pagu* é um periódico

⁶ Divisão Sexual do trabalho: Conceito impulsionado pelo movimento feminista para analisar a atribuição de diferentes tarefas a homens e mulheres com base em seu sexo biológico.

⁷ Conceito teórico criado por Kimberlé Crenshaw para abordar raça e gênero como categorias de análises indissociáveis.

de publicação quadrimestral interdisciplinar que tem como objetivo “contribuir para a ampliação e fortalecimento do campo interdisciplinar de estudos de gênero no Brasil e para o intercâmbio do conhecimento produzido em âmbito internacional” (CADERNOS PAGU, 2024)⁸. Nos seus 30 anos de existência, a revista recebe artigos de áreas distintas, como Antropologia, Sociologia, História, Ciência Política, Direito e Psicologia, que abordam articulações de gênero e outros marcadores, com as teorias feministas sobre gênero.

Outro ponto importante é que a revista é avaliada com Qualis A1, de acordo com a plataforma Sucupira⁹, um sistema online desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para o gerenciamento e avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A plataforma reúne informações referentes aos programas de mestrado e doutorado, incluindo dados sobre corpo docente, produções acadêmicas e indicadores de desempenho, constituindo-se como base estruturante para o monitoramento e qualificação da pós-graduação no país.

Diante disso, evidencia-se a relevância científica e institucional das publicações veiculadas por essa revista, considerando seu reconhecimento e impacto no meio acadêmico. Além disso, de forma pessoal, foi a primeira revista sobre gênero que tivemos contato ao iniciar os estudos sobre a temática envolvendo a maternidade. Dito isto, surge a seguinte questão “o que dizem os trabalhos da revista Cadernos Pagu sobre maternidade?”, para responder tal questão temos como objetivo principal, compreender o que dizem os trabalhos da revista Cadernos Pagu sobre maternidade, para tanto é preciso identificar os trabalhos que discutam sobre maternidade e descrever o que tem sido discutido sobre maternidade nos 30 anos de existência da revista, com recorte de 1993 a 2023, respectivamente ano de início da revista e ano de realização da revisão bibliográfica.

⁸ Informações retiradas do próprio site da revista, na guia “Sobre o periódico”. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/about> Acesso em: 02 fev. 2024

⁹Qualis Cadernos Pagu. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf> Acesso em 02 fev. 2024

Os nove trabalhos que compõem a revisão construída para esse texto foram selecionados por conter as palavras relacionadas à maternidade como, “mães”; “maternidade” e “maternar”, no título ou palavras chaves e estarem em português. Os critérios de exclusão consideraram trabalhos cujo foco principal e exclusivo seja o aborto. Embora reconheçamos que essa temática também atravessa e tensiona os debates sobre maternidade, ela demanda uma discussão própria, com densidade e especificidades que extrapolam os objetivos deste estudo. Assim, optou-se por delimitar a análise às produções que abordam diretamente experiências e práticas do maternar.

Em citações indiretas, se o nome do autor estiver inserido no texto, usa-se apenas a inicial maiúscula com a data entre parênteses, assim como quando venha entre parênteses, seguindo-se a data, sem a necessidade de colocar a página.

Quadro 1. Trabalhos selecionados na revista *Cadernos Pagu*

Título	Ano	Autoras/es	Objetivo
A maternidade como resistência à violência de Estado	2019	Vinicius Santiago	Analisar o movimento de mães que perderam seus filhos, assassinados por policiais militares nas favelas do Rio de Janeiro, como um dos efeitos perversos da política de pacificação das favelas.
A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais	2001	Lucila Scavone	Resgatar o diálogo da maternidade com as ciências sociais.
Criação de humanos e/ou de conceitos a questão da maternidade n'O Segundo Sexo	1999	Teresa Joaquim	Perceber o modo como foi abordada a questão da maternidade em O Segundo Sexo de Simone de Beauvoir.
Discursos que (con)formam corpos grávidos: da medicina à educação física	2011	Maria Simone Vione Schwengber e Dagmar Estermann Meyer	Historicizar alguns dos modos pelos quais determinadas maternidades foram significadas politicamente no interior de uma série de discursos – na Pais & Filhos – que as normatizam e definem, e não como experiências “sem história”, mas associando-as a uma ideia biológica, considerada como natural do feminino.
Maternidade desnaturada: uma análise da barriga de aluguel e da doação de óvulos	2002	Naara Luna	Discutir representações sociais de duas práticas decorrentes das novas tecnologias reprodutivas ou reprodução assistida.
Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras	2017	Manoela Carpenedo e Henrique Nardi	Explorar como a maternidade transnacional é experienciada por mulheres brasileiras emigrantes participantes da cadeia global dos cuidados.

imigrantes vivendo em Londres			
Mulher e família no Programa Bolsa-Escola: maternidades veiculadas e instituídas pelos anúncios televisivos	2007	Carin Klein	Problematizar alguns processos de produção e veiculação de representações de maternidade, tomando como referência o Programa Nacional Bolsa-Escola.
Mulheres, covid-19 e a lógica patriarcal: análise sobre o trabalho das mães docentes	2023	Fabrina Furtado e Carmen Andriolli	Analisar depoimentos de mães docentes de diversas universidades públicas no Brasil sobre os efeitos do isolamento social causado pela pandemia da Covid-19 em seus cotidianos, trabalho e produção de conhecimento no ano de 2020.
Parentalidade e gênero em famílias homoparentais francesas	2013	Flávio Luiz Tarnovski	Analisar as concepções de paternidade e maternidade atualizadas nesse contexto particular, caracterizado pela dissociação da sexualidade, da procriação e da parentalidade.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Os nove trabalhos selecionados na revista *Cadernos Pagu* dispostos no Quadro 1, entre os quais o texto de Vinicius Santiago (2019), evidencia como a maternidade, especialmente entre mulheres que perderam seus filhos em ações violentas em operações policiais, se constitui como um potente dispositivo político e de produção de subjetividade. A partir de uma abordagem etnográfica, o autor analisa relatos, práticas públicas de luto e mobilizações coletivas dessas mães, mostrando como a dor individual se transforma em ação coletiva e reivindicação por justiça. Os resultados indicam que a maternidade extrapola o espaço privado e adquire centralidade na esfera pública, tensionando categorias normativas de gênero e revelando as contradições das políticas de segurança. Assim, o estudo demonstra que a atuação dessas mulheres não apenas denuncia a violência estatal, mas também ressignifica seus lugares sociais como protagonistas na luta por direitos e reconhecimento.

Lucila Scavone (2001), apresenta debates centrais sobre a construção social da maternidade. A autora, por meio de uma análise histórico-sociológica apoiada em revisão teórica das ciências sociais e dos feminismos, demonstra que a maternidade não é um dado natural, mas uma categoria historicamente produzida e atravessada por relações de gênero, classe e poder. A autora apresenta, a partir de Ferrand e Langevin, três momentos das discussões sobre maternidade. O primeiro momento seria ver a maternidade como um defeito natural e a recusa dela seria uma forma de subversão a dominação masculina e

uma possibilidade de experimentar outras formas de ser mulher. Nesse contexto, as feministas lutam pela livre escolha da maternidade. No segundo momento, a maternidade passa a ser vista como uma forma de poder, que diferencia as mulheres dos homens,

esta segunda etapa da reflexão feminista dá visibilidade ao poder que as mulheres exercem na sociedade mediante este fenômeno bio-psíquico-social que é a maternidade. Esta abordagem situa-se na corrente do feminismo diferencialista, refletindo suas lutas pela afirmação das diferenças e da identidade feminina. (SCAVONE, 2001, p.141).

193

O terceiro momento, aponta para o fato de não ser o fator biológico da maternidade que define o lugar da mulher na sociedade, mas “as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade” (Scavone, 2001, p.141). Além disso, aborda as transformações no experimentar a maternidade a partir das novas tecnologias reprodutivas (inseminação artificial e fertilização in vitro) e que a perspectiva de gênero é o que possibilitou olhar a maternidade em suas múltiplas facetas. Ao discorrer sobre os diferentes momentos de discussão da maternidade, o estudo contribui para desnaturalizar representações hegemônicas da maternidade e evidencia sua centralidade nas disputas simbólicas contemporâneas.

Assim como Lucila Scavone (2001), Naara Luna (2002) em seu trabalho intitulado ‘Maternidade desnaturada: uma análise da barriga de aluguel e da doação de óvulos’, aborda as novas formas de experimentar a maternidade a partir das Novas Tecnologias Reprodutivas, apresentando as regulamentações no ponto de vista jurídico e o da imprensa em relação a quem seria a “mãe”. A partir da análise de discurso, a autora evidencia como o ato de gerar um filho deixa de ser um dado biológico e natural, e passa a ser mediado por construções sociais e culturais. O estudo revela que a separação entre maternidade genética e maternidade gestacional desafia noções tradicionais de parentesco e filiação, suscitando tensões entre natureza e cultura, evidenciando uma interiorização de uma maternidade em detrimento de outra.

Teresa Joaquim (1999), evidencia a complexidade das interpretações sobre a maternidade. A autora, ao analisar a leitura de Simone de Beauvoir em ‘O

SCIAS Edu., Com., Tec., Belo Horizonte, v.7, n.2, p. 185-198, out./dez. 2025
e-ISSN:2674-905X

Segundo Sexo”, demonstra que a maternidade foi historicamente compreendida como repetição e não como criação, restringindo a mulher ao âmbito biológico. Contudo, ao dialogar com Arendt e Collin, a autora argumenta que maternidade envolve também potência de inovação existencial e simbólica. Assim, o estudo contribui para ampliar a compreensão da maternidade como prática situada, dinamizada por disputas conceituais e socioculturais.

Guacira Lopes Louro (2000) aponta que as muitas formas de ser mulher são anunciadas e sugeridas o tempo todo, e a maternidade acaba sendo difundida como uma dessas formas de ser mulher. A partir dos discursos presente na revista Pais & Filhos (1968 a 2004), Maria Schwengber e Dagmar Meyer (2011), empregam a análise de discurso para investigar a politização do feminino e da maternidade, estendendo este processo à politização do corpo grávido, e das práticas de cuidado gestacional. As autoras ao historicizarem como algumas maternidades foram significadas, identificam como a mídia e os discursos médicos contribuem para a construção de um ideal de “boa mãe”, definida por práticas de autovigilância, cuidados gestacionais normativos e produção de um corpo socialmente adequado para a maternidade. O estudo revela que tal ideal reforça normas de gênero, deslocando a maternidade da esfera individual para uma dimensão social normativa.

Além disso, mostra que a revista apresenta discussões sobre o que seria o sucesso e o fracasso da mãe em favor do desenvolvimento do bebê, o sucesso é atribuído às boas orientações do Estado, enquanto o fracasso é relacionado ao insucesso da mãe. A análise conclui que o corpo grávido torna-se objeto de regulação e saberes especializados, reforçando a dimensão disciplinar e de controle relacionado ao gênero, maternidade e biopoder.

Manoela Carpenedo e Henrique Nardi (2017), ao examinarem a experiência de mulheres brasileiras imigrantes residentes em Londres que buscam por melhores condições de vida, demonstram que a maternidade transnacional se configura como uma prática marcada por tensões subjetivas e contraditórias, que por um lado, implica culpa e sentimento de inadequação por não corresponder às normas da maternidade convencional, por outro, a condição migratória oferece a

possibilidade de renegociar papéis maternos, configurando o cuidado e produzindo novos sentidos para a maternidade. A partir de uma abordagem qualitativa, o estudo revela que a maternidade mesmo no contexto transnacional continua a implicar responsabilidade afetiva e material, pelas tensões próprias da migração, das expectativas sociais e das condições de classe, o que desafia categorias normativas de gênero a apreensão da maternidade como experiência universal e homogênea.

Carin Klein (2007), analisa anúncios televisivos para divulgação do Programa Bolsa-Escola e demonstra como tais campanhas produzem e reforçam uma imagem normativa de “boa mãe”, associada à responsabilidade doméstica, ao cuidado infantil e à adesão às políticas públicas. Utilizando a análise crítica do discurso, a autora evidencia que a maternidade apresentada nos anúncios não é natural, mas construída como estratégia de regulação social e de responsabilidade das mulheres e como políticas sociais podem operar como dispositivos simbólicos de controle e reprodução de desigualdades de gênero. A autora aponta que,

Ao ser colocada em discurso, a maternidade adquire diferentes significados sociais, culturais e políticos que atuam e produzem efeitos sobre o corpo, atitudes e comportamentos, enfim, sobre os modos como nos tornamos homens e mulheres, pais e mães em nossa sociedade. (KLEIN, 2007, p. 343).

Outra questão apontada por ela, é em como a linguagem utilizada nesses anúncios podem constituir diferenças entre papéis masculinos e femininos. Além disso, contribui para uma “romantização” do trabalho realizado por essas mulheres, ocasionando invisibilidade.

Fabrina Furtado e Carmen Andriolli (2023), analisam depoimento de mães docentes de universidades públicas brasileiras acerca dos impactos do isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19 em 2020 sobre rotinas domésticas, trabalho docente e produção acadêmica. A pesquisa revela que a sobrecarga de cuidados e do ensino doméstico assumida desproporcionalmente pelas mulheres exacerbou desigualdades de gênero, afetando sua saúde física e mental, além de comprometer a carreira e a produção de conhecimento científico por mulheres.

Concluiu-se no estudo que no contexto pandêmico, a lógica patriarcal se reconfigurou e aprofundou a divisão sexual do trabalho, mostrando a vulnerabilidade e os custos da maternidade para mulheres inseridas no campo acadêmico.

Flávio Tarnovski (2013), analisa por meio de entrevistas qualitativas como casais de mesmo sexo na França, as dinâmicas de parentalidade presentes em arranjos homoparentais constituídos por adoção, reprodução assistida e coparentalidade, a última se “caracteriza por acordos entre gays e lésbicas para a procriação de crianças que circularão entre as residências paterna e materna.” (2013, p. 67) . O estudo evidencia que, embora esses modelos familiares se organizam fora da matriz heterinormativa, persistem tensões e desigualdades de gênero, ainda que ressignificadas.

Ele pontua que mesmo existindo pais e mães, essas relações não possuem o mesmo significado para famílias formadas por heterossexuais e destaca que a parentalidade homoparental é caracterizada por maior flexibilidade na distribuição de tarefas e pela centralidade dos vínculos afetivos, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios decorrente de normativas sociais e jurídicas, assim o trabalho amplia o debate sobre família e parentalidade ao questionar concepções naturalizadas de gênero e filiação.

Em todos os trabalhos analisados as mulheres são acarretadas por discursos que desejam “ensinar” o que é ser mulher e como vivenciar a maternidade, além disso a questão da divisão sexual do trabalho é o principal motivo para a sobrecarga dessas mulheres. Todavia, a luta de gênero é o meio pelo qual é possível pensar em novas perspectivas.

Considerações Finais

A revisão bibliográfica realizada evidência que a maternidade constitui um campo heterogêneo de experiências, atravessado por marcadores sociais e por distintas formas de organização familiar, afetiva e laboral. As discussões de gênero presentes de modo central nos textos analisados revelam-se fundamentais para

desnaturalizar a maternidade e problematizar os processos sociais que definem modos legítimos de ser mulher e de maternar.

Além disso, compreende-se que há diversas formas e realidades no processo de experienciar a maternidade e que as discussões de gênero, foram/são essenciais para pensarmos outras formas de ser mulher e maternar.

O número de trabalhos selecionados é pequeno em comparação ao período de 30 anos de existência da revista *Cadernos Pagu*, porém, compreende grande parte das experiências de maternidade. Mas, ainda se faz necessário pensar em trabalhos que abordem a maternidade no aspecto da inserção e permanência das mulheres na universidade, mães cientistas e trabalhos sobre maternidades lésbicas e principalmente sobre o aborto.

Além disso, é notório em todos os trabalhos que a maternidade é percebida como uma construção social e em favor disso, é possível pensar em novas formas de experienciar o maternar, levando em consideração as discussões de gênero.

Referências

CARPENEDO, Manoela; NARDI, Henrique. Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. *Cadernos Pagu*, n. 49, p. 80–114, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8648435>. Acesso em: 02 fev. 2024

CRENSHAW, Kimberlé. *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. Curso Educação, Relações Raciais e Direitos Humanos. Ação Educativa. São Paulo, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FURTADO, Fabrina; ANDRIOLLI, Carmem. Mulheres, covid-19 e a lógica patriarcal: análise sobre o trabalho das mães docentes. *Cadernos Pagu*, n. 68, p. 1–19, 30 set. 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8673985>. Acesso em: 05 fev. 2025

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2022*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102020_informativo.pdf. Acesso em: 02 fev. 2024

JOAQUIM, Teresa. Criação de humanos e/ou de conceitos a questão da maternidade n' O Segundo Sexo. *Cadernos Pagu*, n. 12, p. 165–202, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634894>. Acesso em: 02 fev. 2024

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. In: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Hélène (Org.); SENOTIER, Danièle (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75.

KLEIN, Carin. Mulher e família no Programa Bolsa-Escola: maternidades veiculadas e instituídas pelos anúncios televisivos. *Cadernos Pagu*, n. 29, p. 339–364, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200014&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 fev. 2024

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-35.

LUNA, Naara. Maternidade desnaturada: uma análise da barriga de aluguel e da doação de óvulos. *Cadernos Pagu*, n. 19, p. 233–278, 2002. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000200010&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 fev. 2024

PISCITELLI, Adriana. *Gênero: a história de um conceito*. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de, SZWAKO, José. *Diferenças, igualdades*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia ed., 2009.

SANTIAGO, Vinicius. A maternidade como resistência à violência de Estado. *Cadernos Pagu*, n. 55, p. e195511–e195511, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8656372>. Acesso em: 02 fev. 2024

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 137–150, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 fev. 2024

SCHWENGBER, Maria Simone Vione; MEYER, Dagmar Estermann. Discursos que (con)formam corpos grávidos: da medicina à educação física. *Cadernos Pagu*, n. 36, p. 283–314, jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000100011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 fev. 2024

TARNOVSKI, Flavio Luiz. Parentalidade e gênero em famílias homoparentais francesas. *Cadernos Pagu*, n. 40, p. 67–93, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332013000100002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 fev. 2024